



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADOS E BENS COMUNS

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DO III COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA

As transformações causadas pela modernização agrícola e pelo avanço do agronegócio vêm causando efeitos indesejáveis na natureza e na vida das populações rurais no mundo todo, gerando perda de autonomia para a agricultura familiar e aprofundando as desigualdades sociais. Distintos movimentos sociais, incluindo o de mulheres, passam a afirmar a necessidade de construir um meio rural em que a produção de alimentos se oriente pela sustentabilidade e que seja um lugar de vida e de cultura, requerendo o provimento de serviços e garantia de direitos às populações que nele habitam. As mulheres agricultoras são guardiãs de conhecimentos sobre a natureza, além de conhecimentos que repercutem na dieta alimentar, na saúde e na preservação dos bens comuns. Por essa razão, pesquisadoras de vários continentes estão atentas a esse cenário e vêm promovendo reflexões sobre a condição das mulheres rurais na agricultura familiar e na produção de base ecológica orientada pela agroecologia, buscando uma aproximação com profissionais e movimentos sociais para aprofundar reflexões e construir iniciativas conjuntas para a transformação das desigualdades de gênero no campo.

Este debate esteve presente nos dois primeiros Colóquios Internacionais sobre Feminismo e Agroecologia (CIFA) realizados na Universidade de Toulouse e de Lyon na França. A realização da terceira edição no Brasil, foi proposta pelas organizadoras das edições anteriores, pelo lugar de destaque que esta agenda ocupa no país quando comparado a outros países. Embora campeão no uso de agrotóxicos, forte concentração da terra e peso do agronegócio, o Brasil tem um movimento agroecológico pulsante que se destaca pela presença de feministas que tornaram a agroecologia não apenas uma referência de luta contra o modelo depredador dos bens comuns pelo agronegócio, mas também contra o patriarcado no campo. *Sem Feminismo não há agroecologia* é um lema adotado pelas feministas no campo da agroecologia, expressão das transformações em curso na prática, no movimento e na teoria.

O *III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia: trabalho, cuidados e bens comuns*, realizado entre os dias 8 a 11 de abril, na cidade do Recife, Pernambuco, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, reuniu pesquisadoras, agricultoras e assessoria técnica, e promoveu reflexões sobre Feminismo e Agroecologia a partir de uma abordagem de gênero em diálogo com diferentes fontes de conhecimento e experiências de organizações científicas, sociais e entidades de extensão rural, a fim de buscar subsídios para a reflexão acadêmica, a inserção nas políticas públicas e a atuação dos movimentos sociais, além de visibilizar os saberes das mulheres em distintos campos de atuação.



O III CIFA contou com 441 participantes, sendo mais de 180 estudantes, 141 agricultoras, 70 professoras e pesquisadoras, além de 41 assessoras. Entre elas, participaram representantes de 12 países, a maioria da América do Sul (5) - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai e da Europa (4) - Espanha, França, Reino Unido, Suíça, além da América do Norte (México), África (Senegal) e Ásia (Índia). Do Brasil participaram 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal, dentre os quais, todos os estados do Nordeste, e do sul do país, além de 3 estados do Sudeste (MG, SP, RJ), 2 estados do Norte (AM e PA) e 1 estado do Centro Oeste (GO).

Para aprofundar debates e discutir estratégias de atuação foram realizadas mesas redondas sobre temas como bens comuns, etnicidades, ancestralidades, alimentação e cuidados, produção e reprodução (discutidas a partir das contribuições da economia feminista e solidária, bem como os indicadores de gênero e estatísticas agropecuárias). Nos quatro dias de evento, houve debates sobre a epistemologia com referência na relação entre conhecimentos, movimentos e academia, além da construção das resistências dos movimentos sociais frente ao cenário de ofensiva neoliberal.

Também realizamos minicursos que abordaram outras temáticas: a extensão agroecológica; a comunicação agroecológica feminista; os corpos-território e o trabalho de cuidados; a economia feminista; a divisão justa do trabalho doméstico; e a construção da agroecologia a partir do feminismo camponês e popular.

A programação contou também com o lançamento de três livros e a entrega do Prêmio *Saberes e Sabores: o protagonismo das mulheres rurais no resgate da alimentação tradicional e na proteção da biodiversidade*, realizado pela FAO, instituição de grande importância para a realização do evento.

Para o Comitê local, realizar o III CIFA no contexto político do Brasil ganhou um sentido relevante. Primeiro, pelo forte ataque à educação no Brasil, e em especial às universidades sob distintas formas: ideológica, com todas as investidas do movimento da “escola sem partido” que atacam a liberdade de cátedra; financeira, devido aos novos cortes de verbas e; aos processos auto-organizativos das/os professoras/es, como as associações de docentes. Somado a isso, o país passa por um momento de perda de direitos das trabalhadoras rurais, com a extinção das políticas públicas e as reformas neoliberais em curso. O contexto de realização do III CIFA também foi marcado pela reafirmação de direitos e do fortalecimento das resistências das mulheres do campo, a exemplo da forte mobilização em torno da Marcha das Margaridas que reuniu, em 2019, mais de 100 mil mulheres em Brasília.

Buscamos expressar o momento de resistência feminista também nestes espaços de produção de conhecimentos e de diálogos de saberes por meio de homenagens a lideranças



feministas do campo: Elizabeth Teixeira, Dona Lia, Dona Dijé e Margarida Alves, mulheres que se constituíram como referência para o movimento de mulheres rurais e para o feminismo no campo.

Todas elas são fortemente associadas à atuação de dirigentes sindicais que lutaram pela terra, território, trabalho e pela democratização do país, desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Instauraram uma outra forma de representação das mulheres nos movimentos sociais do campo no momento de emergência das primeiras organizações locais e estaduais do movimento de mulheres rurais que ainda permanecem atuais na memória e na prática das feministas do campo.

Elizabeth Teixeira, liderança das Ligas Camponesas desde os anos 1940 em Sapé, no estado da Paraíba, vivenciou fortes pressões a sua família como o assassinato do marido, o suicídio da filha e a agressão por arma de fogo sofrida por seu filho. Apesar disso, nunca desistiu de exercer a liderança das Ligas. Elizabeth não fundou organizações de mulheres, mas transformou o lugar das mulheres nos movimentos sociais do campo e participou diretamente de vários encontros que marcaram o início do movimento de mulheres rurais: a primeira Assembleia das Mulheres do MST, em 1985; o I Encontro Regional do Movimento de Mulheres Rurais do Nordeste, em 1987; e a terceira edição da Marcha das Margaridas (2019).

Margarida Alves foi uma liderança assassinada no dia 12 de agosto de 1983. Maior símbolo da transformação do lugar das mulheres no campo ao ocupar a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, num período histórico em que este lugar não era reservado às mulheres. A transformação empreendida por ela se associa a dois temas importantes para os movimentos de mulheres: a demanda por uma participação e representação política igualitária e a luta pela reforma agrária combinada com a denúncia da violência no campo.

Margarida é uma referência na luta contra a violência e pela reforma agrária, tanto no movimento sindical como na Via Campesina. A partir do ano 2000 se constitui como símbolo para as mobilizações das mulheres, pois foi a partir desta trajetória de lutas que o sindicalismo rural e uma parte dos movimentos autônomos de mulheres unificou suas mobilizações na Marcha das Margaridas que leva seu nome. A luta pela terra é reafirmada pelas mulheres como bandeira prioritária e é feita uma grande mobilização para garantir que não prescrevesse o crime cometido contra ela.

Margarida simboliza neste Colóquio debates importantes sobre os sujeitos políticos e as reflexões sobre a nova ofensiva conservadora que se ampliou no mundo nos últimos anos e, em especial, na América Latina e Caribe, que foi objeto de reflexão não apenas do cenário atual, mas também da construção das nossas resistências.

Dona Dijé é expressão de um rico processo de auto-organização das mulheres rurais iniciado em meados dos anos 1970, momento em que surgem as primeiras organizações territoriais



de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e que prosseguem nos anos 1980 quando ocorrem as primeiras iniciativas visando constituir um caráter de organização regional no Nordeste e Norte do país.

No final dos anos 1960, iniciam-se a construção de cercas e a implantação de projetos de monocultura da soja e de gado em substituição ao babaçu na região. Com a derrubada das palmeiras, provocada pelos empreendimentos empresariais de beneficiamento da madeira na região, a construção das ferrovias, usinas de ferro gusa, provocam contestação e as mulheres iniciam um processo de resistência contra a “degola” das palmeiras.

Dona Dijé foi uma das principais lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), fundou o movimento em seu município Bacabal no estado do Maranhão, lutou pela reforma agrária e, depois de muita violência, conquistou a terra. Em 2016, estava fortemente empenhada em transformar o assentamento da reforma agrária no Quilombo Monte Alegre, uma luta ainda em curso, já que apesar da conquista do reconhecimento territorial por parte do Incra, os procedimentos posteriores para efetivar o direito ao território não ocorreram. Essa agenda também foi integrante do III CIFA, nas reflexões sobre os bens comuns, sobre a etnicidade e ancestralidade e nada melhor que Dona Dijé para representar essa luta no Brasil, pois terra não é mercadoria, mas, sim, vida, identidade, luta contra o colonialismo e luta por igualdade.

Dona Dijé também representa um rico processo de auto-organização econômica, a valorização da palmeira babaçu, a defesa da soberania alimentar e a agenda do trabalho de cuidados das pessoas e dos bens comuns, que ganha expressão na problematização da divisão sexual do trabalho, que separa e cria hierarquias entre homens e mulheres. A defesa das palmeiras como bem comum ganha sentido muito além do econômico, pois define a existência e a identidade e se articula com a defesa do território. Por tudo isso, em sua homenagem, realizamos a *Feira de Saberes e Sabores Dona Dijé*, que contou com a participação de 55 barracas de comercialização de produtos variados das agricultoras, redes de produtoras, movimentos sociais, das mulheres negras e da economia solidária.

Neste espaço, também aconteceram as atividades autogestionadas a partir de suas experiências. Oficinas apresentaram experiências de formação feminista, com a Escola de Educadoras Feministas- MMTR/NE, “Das lutas diárias ao protagonismo das pedagogias feministas populares”, a “experiência de auto-organização das mulheres e a construção de experiências de convivência com o semiárido” promovida pelo Centro Feminista 8 de Março, “Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia” pela ASPTA, além de uma roda de conversa sobre as mulheres e as plantas medicinais, intitulada “Os saberes de Bom Conselho sobre a importância das plantas



medicinais”, que contou com a participação da FETAPE e a Comissão Municipal de Mulheres do STR de Bom Conselho e a Associação de Mulheres de Sertânia.

As participantes do CIFA também disfrutaram da realização da oficina de bordado de fita no sabonete realizada pelo Grupo de Mulheres Artesãs do Caruá. As mulheres negras tiveram uma forte presença, promoveram a oficina de turbantes, outra de estamparia artesanal, e outra de brinco de caroá com o grupo de mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas.

Rodas de conversa integraram a programação, tais como “*As Mulheres no Sonorário do Sertão Pernambucano*” apresentada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores e a reflexão intitulada “Tecendo os elos da Economia Feminista e Solidária” promovida pela Associação de mulheres produtoras de Olinda (AMPO) / Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). A programação da feira findou com a recepção da Marcha das Margaridas e uma sessão de trocas solidárias entre as participantes para marcar a finalização do III CIFA.

Dona Lia, outra homenageada do III CIFA, ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caiçarinha da Penha no sertão Pernambucano. O Movimento de Mulheres do Sertão Central foi criado em 1984 e mais tarde integrado ao Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). Dona Lia foi a primeira mulher em Pernambuco a ocupar a presidência de sindicato. Pelas relações com o movimento de mulheres, foi quem apresentou no V Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) em 1985, a resolução que permitia que as mulheres se tornassem sócias dentre outras demandas.

No Congresso foi aprovada a “Moção de apoio à luta da mulher trabalhadora rural”, da qual constavam a defesa dos seus direitos previdenciários e a denúncia do não reconhecimento das mulheres que trabalhavam em regime de economia familiar como *trabalhadora rural, agricultora*. Hoje, 34 anos depois que os direitos foram conquistados por elas na Constituição Federal de 1988, estes direitos se encontram sob forte ataque conservador.

Em sua homenagem, realizamos a *Mostra Dona Lia de Cinema*. Nela foram exibidos filmes e curtas-metragens provenientes de distintos lugares, diretoras e instituições do Brasil, mas também da Suíça e da Colômbia que tinham como protagonistas as mulheres. Também tivemos a colaboração de grupos populares e culturais de mulheres de Pernambuco que participaram com suas vozes, cantos, danças e poesias.

Durante o CIFA também aconteceram quatro exposições: Exibição do livro digital *Terrane* e do livro da artista Ana Lira; exposição fotográfica *Mãos femininas preservando a vida na caatinga*, da Casa da Mulher do Nordeste; exposição de fotos e poemas com instalação artística *Rendadas*



de Sol, de Rafaela Cavalcante e Maria Lins e; exposição fotográfica *Caminhos das águas*, do Centro Nordeste de Medicina Popular

A realização do III CIFA foi uma iniciativa conjunta de universidades, organizações não governamentais e movimentos sociais, tais como: o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, o Laboratório de Estudos Rurais do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, o Núcleo de Agroecologia e Campesinato e o Núcleo de Estudos da Mulher da UFRPE, em articulação com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia); as ONGs- Casa da Mulher do Nordeste, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; os movimentos mistos com organização de mulheres - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Sem-Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e a Marcha Mundial de Mulheres; os movimentos autônomos de mulheres rurais - MMTR-NE, Movimento da Mulher Camponesa (MMC), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); movimentos de povos e comunidades tradicionais - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Organizações participantes da Articulação Nacional de Agroecologia e da Marcha das Margaridas. Já o Comitê Internacional foi constituído por pesquisadoras europeias e latino-americanas que atuam em países da Ásia, África e América Latina, de distintas instituições de ensino, e de redes de pesquisa, tais como: a Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Rede Alianza de Mujeres en Agroecología (Ama/AWA) e Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU) na América Latina.

Além da UFRPE, e da UFPE, o III CIFA contou com o apoio de várias parcerias, dentre as quais estão: a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) com a pesquisa *“Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável”* e de recursos de apoio da eventos regionais da chamada ARC n.06/2018, registrada no processo 403786/2018-5, além do Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), ActionAid, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e a Embaixada Francesa.

Dentre as principais decisões sobre a continuidade da iniciativa, destacamos a constituição de um comitê internacional, uma revista internacional com foco nos resultados dos debates e a realização de um próximo encontro daqui a dois anos. O desafio é de continuar aprofundando metodologias que propiciem diálogos de saberes distintos, buscando descentralizar a preparação



do evento com a realização de encontros continentais em articulação com experiências nacionais e estratégias de comunicação.

A rede internacional feminista de agroecologia que defendemos e construímos é um projeto político de transformação social, de produção de saberes e intercâmbio de práticas. Ela se apoia sobre um tripé de atoras(es) implicadas(os) como pesquisadoras(es) e professoras(es) feministas, organizações não governamentais, sindicatos e organizações camponesas. Como em outros debates, o feminismo é evidentemente uma questão transversal: não falamos de uma agroecologia feminista, mas de uma abordagem feminista da agroecologia, pois atuamos nos processos existentes reivindicando a necessária visibilidade das lutas.

A rede feminista de agroecologia tem a vontade política de articular uma responsabilidade (em relação ao planeta terra, aos territórios, às comunidades) e um reconhecimento social dos direitos de sujeitos políticos (em particular, as mulheres) comprometidas com a transformação social em torno de questões agrícolas e alimentares. Os saberes que defendemos são aqueles coproduzidos em intercâmbios entre as três esferas (acadêmica e de ensino, acompanhamento técnico e político - como os das ONG - e o mundo camponês) a partir de uma abordagem feminista. Reconhecemos que estes saberes estão inscritos em contextos que os tornam singulares, o que nos faz destacar a importância dos movimentos negro e indígena.

Comprometemo-nos com a luta contra todas as formas de violência presentes em diversas escalas sociais e espaciais do modelo patriarcal (instituições do Estado, comunidades, famílias) e colonial (modelo de desenvolvimento liberal da agricultura industrial em diferentes escalas territoriais).

O objetivo é de estabelecer ações coletivas, criar solidariedades e visibilizar os desafios relacionados aos valores que defendemos. Desejamos criar um espaço de circulação de conceitos fundantes de nossos compromissos de modo a construir uma linguagem comum entre a formação popular e acadêmica favorecendo um diálogo em torno de saberes feministas nas raízes da agroecologia. A pesquisa realizada é comprometida: as pesquisadoras(es) compartilham a ética de uma pesquisa a serviço de questões importantes para a sociedade e coletivamente definidas. A pesquisa-ação participativa que defendemos tem como ponto de partida aquilo que é importante para as pessoas, famílias e comunidades com as quais atuamos.

Os Anais que ora vem a público apresentam os antecedentes dos Colóquios Internacionais, um manifesto, a apresentação dos anais e a programação do evento e a ficha técnica com as pessoas e instituições envolvidas na comissão organizadora. Também apresentam os trabalhos que foram objeto de discussão nos grupos de trabalho (GT). As sessões organizadas a partir de nove GTs aprofundaram reflexões sobre o feminismo e sobre a agroecologia, a soberania alimentar,



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, LUGAROS E BOM COMER

os sujeitos políticos e os espaços de comercialização de produtos agroecológicos, além do contexto dos sistemas alimentares urbanos, da comunicação e da cultura.

Publicamos os trabalhos apresentados, mas também algumas sínteses elaboradas pelas coordenadoras, buscando explicitar as instituições envolvidas, o tipo de autoria, a formação dos mesmos e a natureza do trabalho, as temáticas envolvidas, os tipos de abordagem metodológica adotadas nas pesquisas e relatos de experiências, bem como as reflexões teóricas e as conclusões obtidas. Subsídios que serviram não apenas para animar e otimizar o tempo de trabalho nos Grupos, mas também para indicar as leitoras e os leitores destes Anais as principais reflexões apontadas, assim como orientar os debates das próximas edições e do trabalho da rede internacional.

Desejamos uma ótima e prazerosa leitura!

Andrea Butto (UFRPE/DECISO)

Maria Virginia de Almeida Aguiar (UFRPE/NAC)

Comissão Organizadora